

CEFOR – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento  
EVENTO: Seminário Preparatório para Deputados Federais

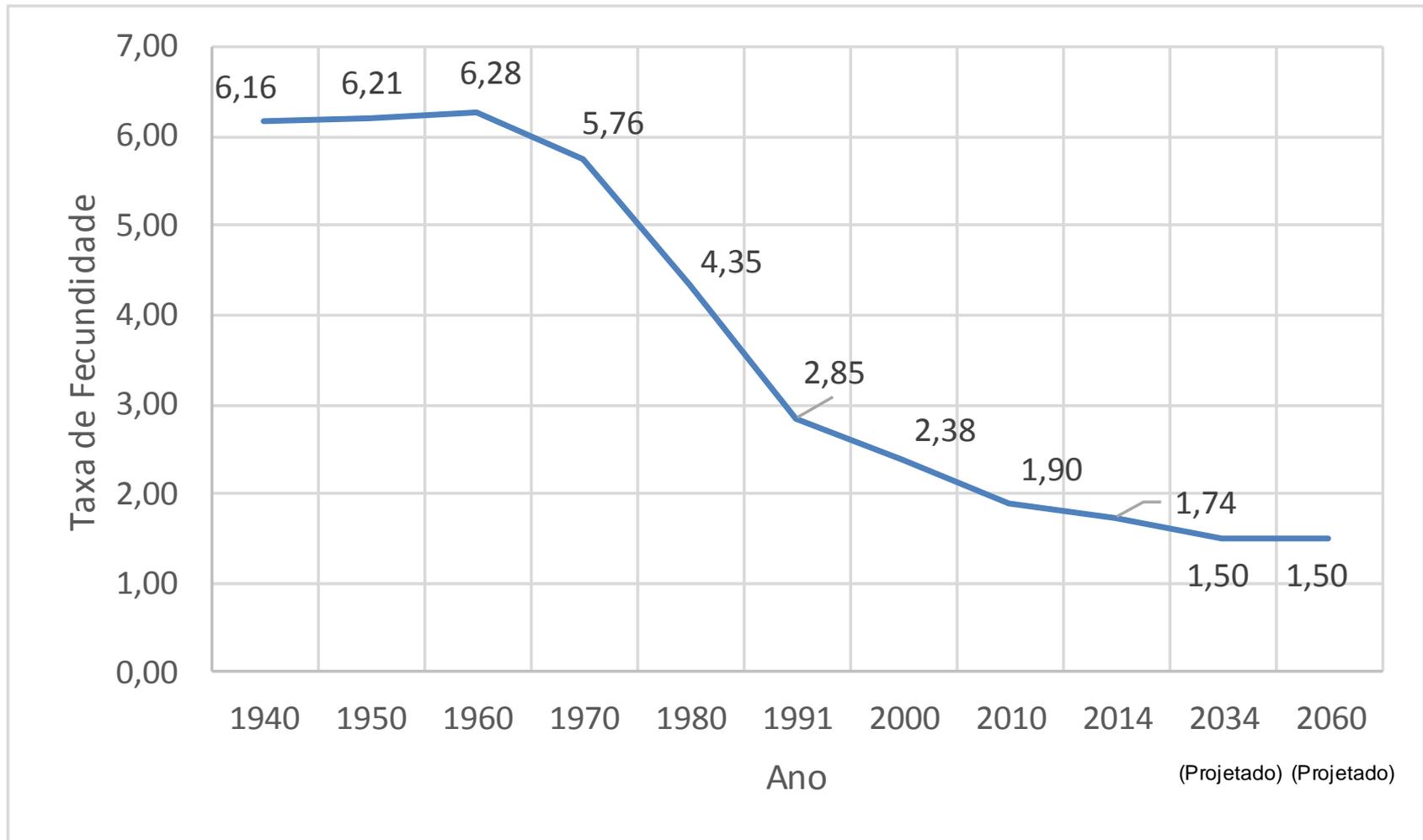
## **Cenário Macroeconômico, Reforma Tributária e Reforma Previdenciária**

### **Objetivo:**

- apresentar e analisar as transformações demográficas e do mercado de trabalho brasileiro e seus impactos na previdência social;***
- apresentar a evolução das receitas e despesas dos diversos regimes de previdência social nos últimos anos e nas próximas décadas;***
- apresentar e analisar o resultado do orçamento da seguridade social.***

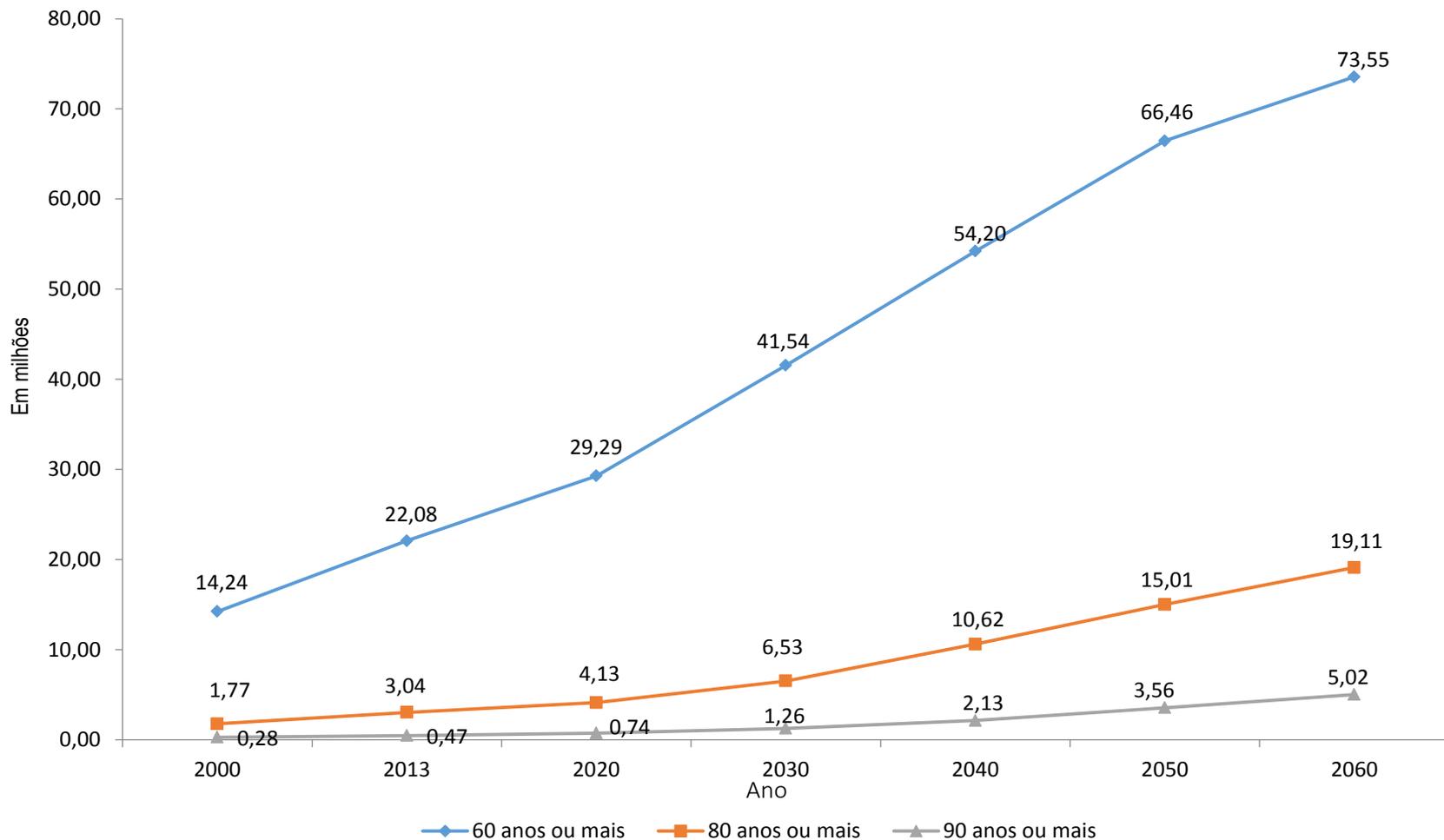
### Taxa de Fecundidade (Filhos por Mulher)\*

A taxa de fecundidade caiu 72,3% entre 1960 e 2014, passando de 6,28 para 1,74 filhos por mulher. A projeção é que essa relação caia para 1,5 até 2034.



## Evolução da População de Idosos - Brasil 2000 - 2060 - Em milhões

A população idosa (60 anos ou mais de idade) brasileira chegará a 73,55 milhões de pessoas em 2060 (projeção demográfica do IBGE), um incremento de 233% com respeito a 2013 (22,08 milhões de idosos).

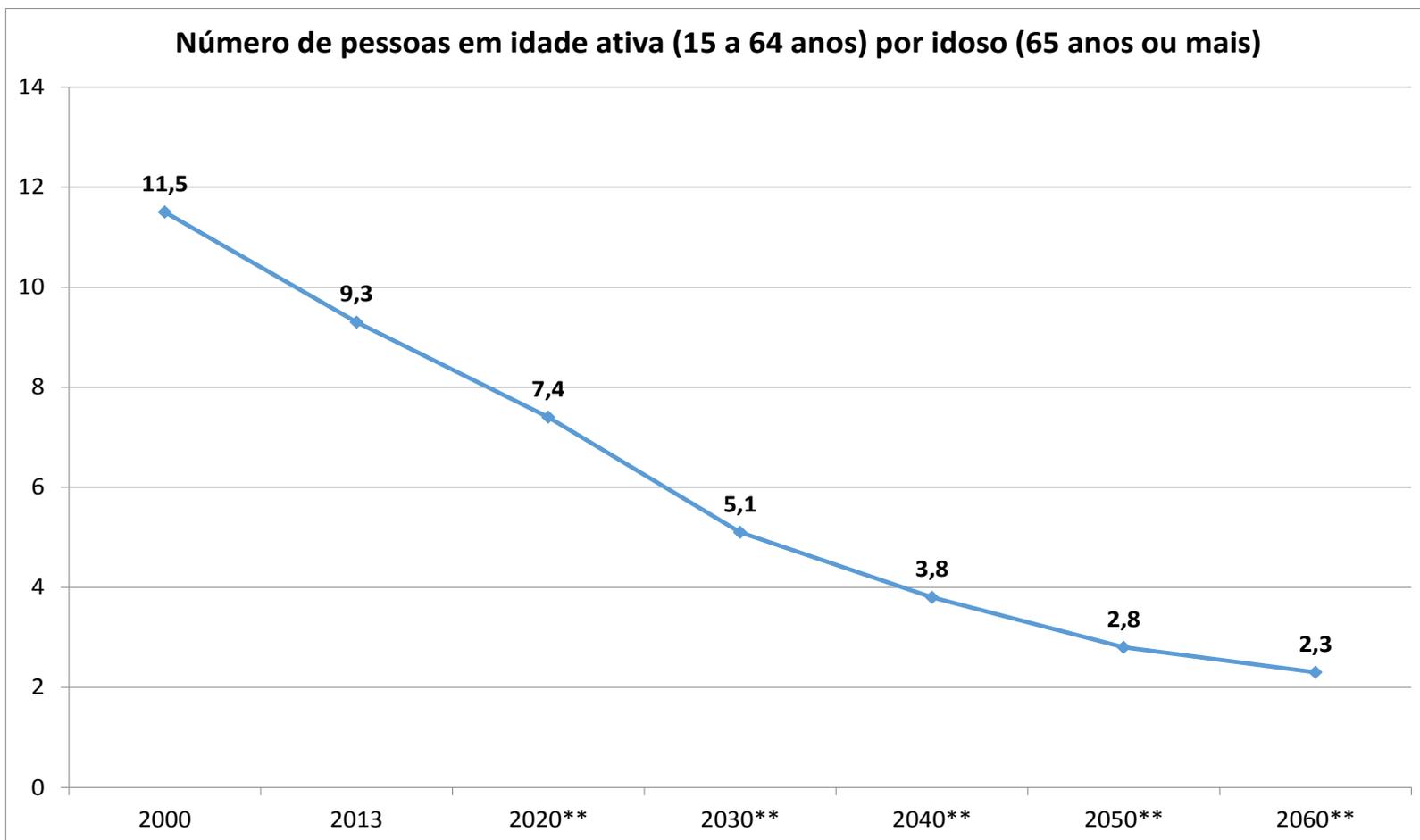


### Projeções da População Brasileira (em milhões de pessoas)

Ano	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	Idosos/Adultos (%)
2015	47,4	140,9	16,1	11,5%
2020	44,3	147,8	20,0	13,5%
2030	39,3	153,9	30,0	19,5%
2040	35,4	152,6	40,1	26,3%
2050	31,8	143,2	51,3	35,8%
2060	28,3	131,4	58,4	44,4%
Variação % - 2015 a 2060	-40,3%	-6,7%	262,7%	286,1%

As projeções populacionais mostram que, em 2060, haverá menos pessoas em idade ativa que hoje (-6,7%, com respeito a 2015). Ao mesmo tempo, o número de idosos irá crescer 262,7%.

A quantidade de pessoas ativas por idoso se deteriora significativamente no tempo, passando de 11,5 (2000) para 2,3 (2060), outro forte indicativo da necessidade de repactuação das regras para acesso e manutenção de benefícios previdenciários.



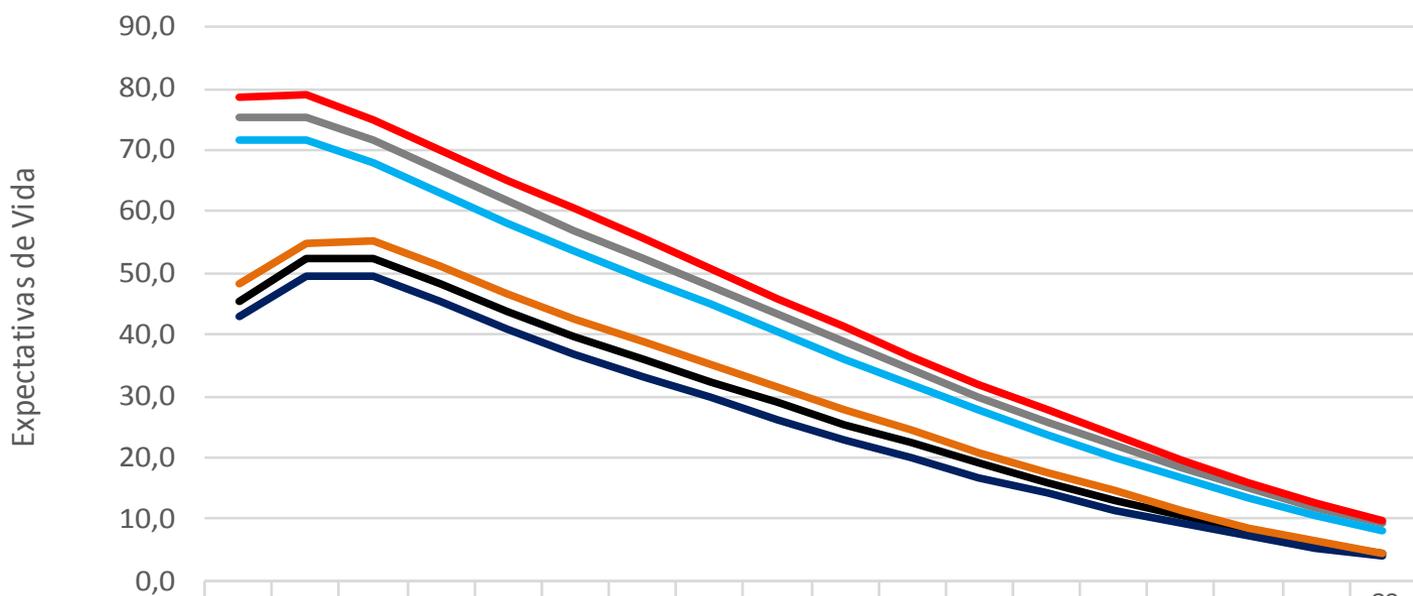
# Expectativa de Vida do Brasileiro em 2018 por Região

Região	Nº anos de Sobrevida		Expectativa de vida	
	Aos 60 anos	Aos 65 anos	Aos 60 anos	Aos 65 anos
<b>Média Nacional</b>	<b>22,5</b>	<b>18,8</b>	<b>82,5</b>	<b>83,8</b>
Norte	20,7	17,1	80,7	82,1
Nordeste	21,4	17,8	81,4	82,8
Centro-Oeste	22,0	18,2	82,0	83,2
Sudeste	23,2	19,4	83,2	84,4
Sul	23,3	19,4	83,3	84,4

Fonte: IBGE – Tábuas de Mortalidade

# Expectativa de Vida por Idade (em anos) e Sexo – 1940 e 2014

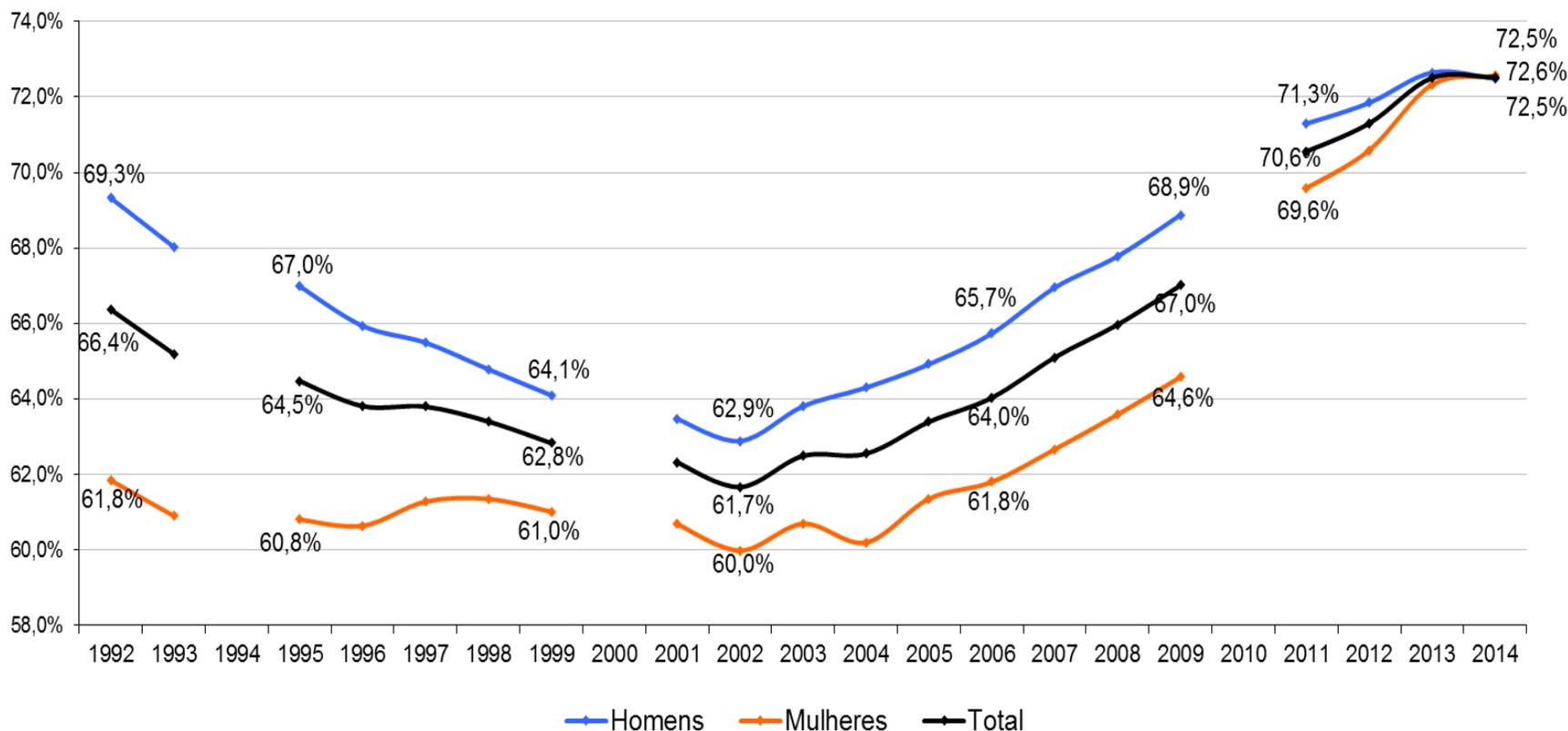
A expectativa de vida aumentou sensivelmente no país desde meados do século passado, movimento percebido por ambos os sexos e em todas as idades. Vale destacar o efeito da queda na mortalidade infantil, primeiro grande determinante destes resultados, seguido do avanço no saneamento básico, do aumento da escolaridade da população e da melhoria do acesso e da qualidade do sistema de saúde, dentre outros fatores.



	0	1	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80 ou +
— TOTAL - 1940	45,5	52,2	52,5	48,3	43,8	39,6	36,0	32,4	29,0	25,5	22,3	19,1	16,0	13,2	10,6	8,1	6,0	4,3
— Homens - 1940	42,9	49,7	49,7	45,5	41,1	36,9	33,3	29,7	26,3	23,0	19,9	16,9	14,1	11,6	9,3	7,2	5,4	4,0
— Mulheres - 1940	48,3	54,9	55,3	51,1	46,6	42,5	38,8	35,2	31,6	28,0	24,5	21,0	17,7	14,5	11,5	8,7	6,3	4,5
— TOTAL - 2014	75,2	75,3	71,5	66,6	61,7	57,0	52,4	47,8	43,3	38,7	34,3	30,0	25,9	22,0	18,3	14,9	11,8	9,3
— Homens - 2014	71,6	71,8	67,9	63,0	58,2	53,6	49,3	44,9	40,5	36,1	31,8	27,7	23,8	20,1	16,6	13,4	10,6	8,3
— Mulheres - 2014	78,8	78,9	75,0	70,1	65,2	60,4	55,5	50,7	46,0	41,2	36,6	32,1	27,8	23,6	19,7	16,0	12,8	9,9

## Evolução da Proteção Previdenciária entre as Pessoas com Idade entre 16 e 59 anos, segundo Gênero

Na última década as mulheres participaram mais do mercado de trabalho e lograram fazê-lo em melhores condições, também se apropriando do bom momento econômico então experimentado pelo país. O percentual da população ocupada, entre 16 e 59 anos de idade, protegida pela Previdência Social tem crescido desde 2002. Em 2014, pela primeira vez, a taxa de proteção previdenciária das mulheres, que já vinha se aproximando do indicador masculino, se igualou à dos homens.



Fonte: PNAD/IBGE – Vários anos. Elaboração: SPS/MF.

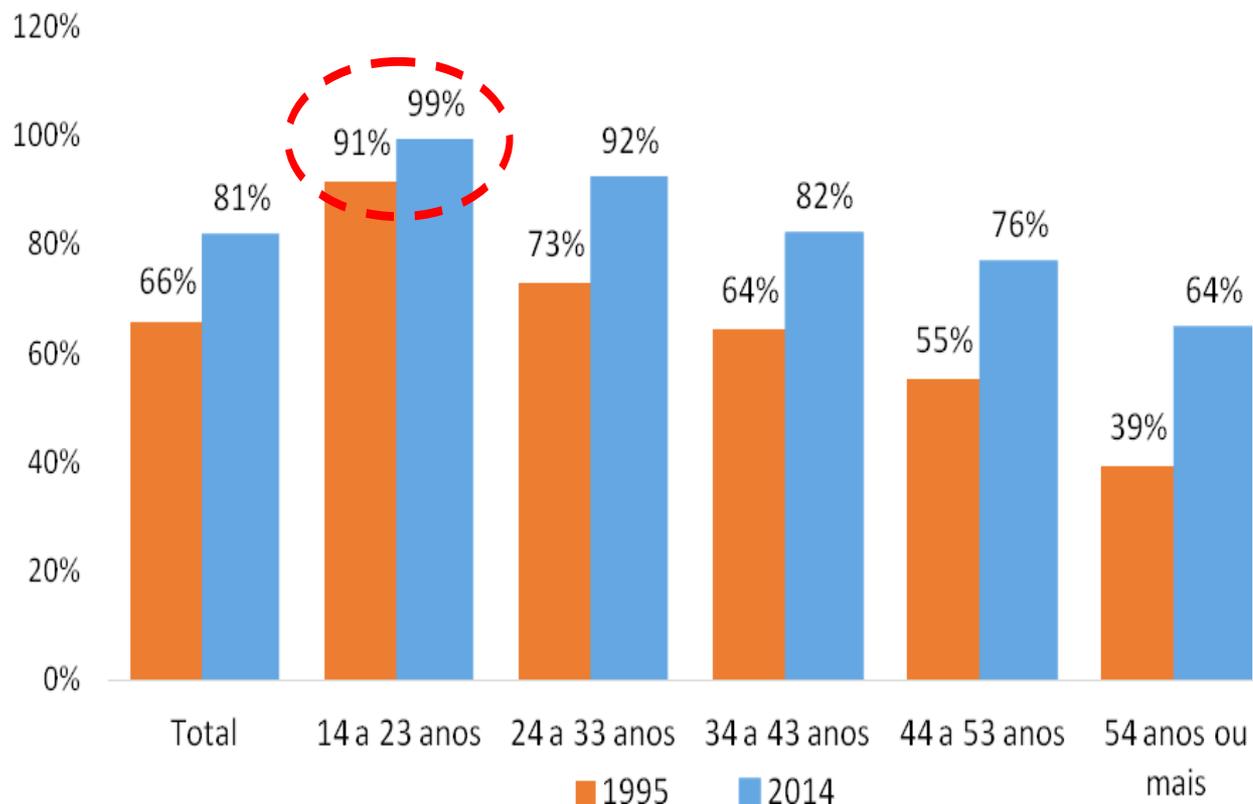
\* Pessoas com idade entre 16 e 59 anos, independentemente de critério de renda. \*\* Na PNAD, fonte dos dados apresentados, embora haja referência ao recebimento de "aposentadoria" e/ou "pensão", aqueles que recebem benefício assistencial de prestação continuada podem, por desconhecimento, declarar receber aposentadoria e/ou pensão previdenciárias. Devido aos requisitos de elegibilidade para as prestações assistenciais, essa limitação da PNAD tende a afetar quase que exclusivamente o indicador de cobertura da população idosa.

Obs.: Os protegidos são aqueles que contribuem para algum regime de Previdência Social, recebem algum benefício e/ou são segurados especiais.

## Disparidades Salariais : Diferenças no Rendimento de todos os Trabalhos, segundo Sexo e Grupos de Idade – 1995 e 2014

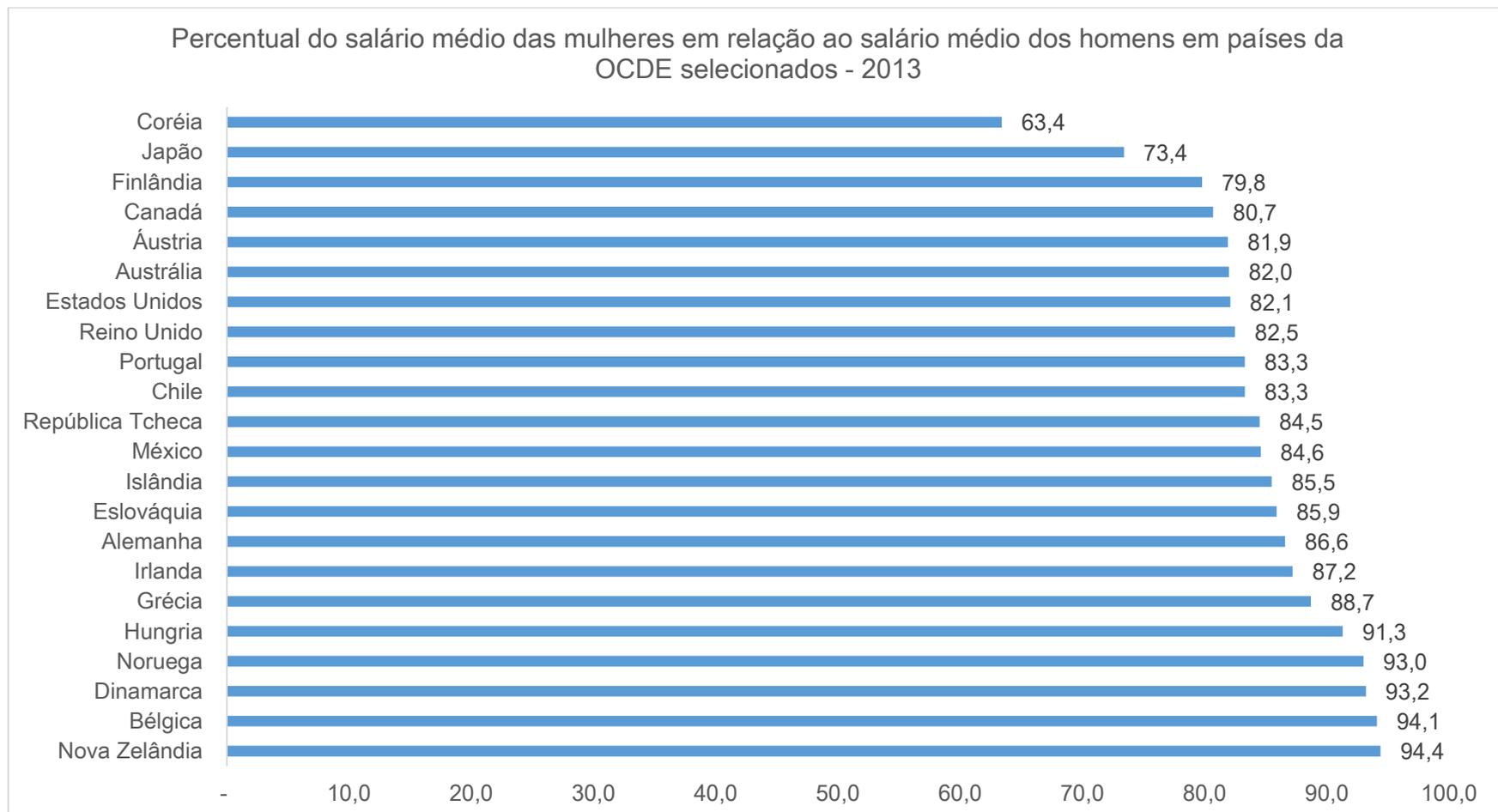
A diferença de rendimento entre homens e mulheres é menor entre os mais jovens e essa diferença diminuiu no tempo.

### Razão do rendimento entre todos os trabalhos por gênero e faixa etária



## OCDE: Diferenciais de Gênero nos Rendimentos do Trabalho - 2013

De forma semelhante ao rendimento por hora para homens e mulheres, cuja discrepância está em 9 pontos percentuais para o Brasil, pode-se medir a diferença entre os sexos pelo salário médio de ambos.



### Diferenciais de Gênero nas Idades Mínimas e na Carência, segundo Modalidades de Aposentadoria

De um total de 177 países, 118 (67%) não estabeleciam diferença de idade legal de aposentadoria por idade entre homens e mulheres. Neste mesmo universo, cerca de 76% dos países definiam tempos de contribuição mínimos idênticos, para homens e mulheres. Nas demais modalidades de aposentadoria o cenário é similar, embora ligeiramente menos contundente.

Continentes/ Regiões	Aposentadoria por Idade: Igualdade					Aposentadoria Parcial: Igualdade					Aposentadoria Antecipada: Igualdade				
	Quantidade - AI	Idade Mínima	(%)	Carência	(%)	Quantidade - APAR	Idade Mínima	(%)	Carência	(%)	Quantidade - AA	Idade Mínima	(%)	Carência	(%)
África	46	39	85%	39	85%	9	2	22%	2	22%	31	28	90%	27	87%
Américas	36	26	72%	35	97%	13	9	69%	10	77%	15	10	67%	12	80%
Europa	50	27	54%	27	54%	10	5	50%	4	40%	24	15	63%	12	50%
Ásia e Pacífico	45	26	58%	34	76%	25	16	64%	18	72%	34	18	53%	22	65%
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>118</b>	<b>67%</b>	<b>135</b>	<b>76%</b>	<b>57</b>	<b>32</b>	<b>56%</b>	<b>34</b>	<b>60%</b>	<b>104</b>	<b>71</b>	<b>68%</b>	<b>73</b>	<b>70%</b>

Continentes/ Regiões	Aposentadoria por Idade: Igualdade					Aposentadoria Parcial: Igualdade					Aposentadoria Antecipada: Igualdade				
	Quantidade - AI	Idade Mínima	(%)	Carência	(%)	Quantidade - APAR	Idade Mínima	(%)	Carência	(%)	Quantidade - AA	Idade Mínima	(%)	Carência	(%)
OCDE	34	24	71%	25	74%	19	12	63%	7	37%	21	15	71%	16	76%
América Latina e Caribe	23	16	70%	23	100%	9	5	56%	7	78%	10	7	70%	9	90%

# Estrutura do Sistema Previdenciário Brasileiro

**BPC – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA**

**PESSOAS COM 65 ANOS OU MAIS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INCAPACITANTE**  
 renda per capita familiar inferior a ¼ do salário mínimo, público, nacional, não-vitalício, assistencial  
 Benef: 4,4 milhões  
 Valor: 1 SM  
 Custo: R\$ 47 bilhões

**Administrado pelo INSS**

**NÃO CONTRIBUTIVO**

**RGPS – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CELETISTAS**  
 Obrigatório, nacional, público, subsídios sociais, benefício definido.  
 Contr.: 71,5 milhões  
 Seg Esp: 6,2 milhões  
 Benef: 28,3 milhões  
 Piso: 1 SM  
 Teto: R\$ 5.189,82  
 Custo: R\$ 501 bi

**Administrado INSS**

**REPARTIÇÃO SIMPLES**

**RPPS – REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

**FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS**  
 Obrigatório, público, níveis federal, estadual e municipal, benefício definido.  
 Segur.: 5,8 milhões  
 Benef: 3,1 milhões  
 Piso: 1 SM  
 Teto: R\$ 33.763  
 Custo: R\$ 239 bi

**Administrado pelos respectivos governos**

**CAPITALIZAÇÃO / REPARTIÇÃO SIMPLES**

**PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**MILITARES FEDERAIS**

Obrigatório, público, nível federal, benefício definido = última remuneração  
 Contribuição 7,5%  
 Reserva/ Reforma  
 Segur.: 364 mil  
 Benef: 299 mil  
 Custo: R\$ 38 bi

**Administrado pelo governo federal**

**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

Optativa, administrada por fundos de pensão abertos ou fechados  
 Partic: 2,5 milhões  
 Benef: 711 mil  
 Deficit atuarial: R\$ 77,8 bilhões

**Fiscalizado pela Previc (fechados) e Susep (abertos)**

**CAPITALIZAÇÃO**

## Quanto Custou o Sistema Previdenciário e Assistencial Brasileiro – 2017

Regime	Despesa em 2017		Receita em 2017		Déficit em 2017	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
RGPS Urbano	437,2	6,66%	365,5	5,57%	71,7	1,09%
RGPS Rural	120,0	1,83%	9,3	0,14%	110,7	1,69%
BPC	53,7	0,82%	-	0,00%	53,7	0,82%
Bolsa Família	27,8	0,42%	-	0,00%	27,8	0,42%
RPPS União	123,5	1,88%	37,1	0,57%	86,4	1,32%
RPPS Estados	169,0	2,58%	82,2	1,25%	86,7	1,32%
RPPS Municípios	36,6	0,56%	42,3	0,64%	- 5,8	-0,09%
<b>Total</b>	<b>967,8</b>	<b>14,75%</b>	<b>536,4</b>	<b>8,17%</b>	<b>431,2</b>	<b>6,57%</b>

Em 2050 se estima que o custo total do sistema de previdência e assistência superará a 23% do PIB se forem mantidas as regras atuais.

Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados

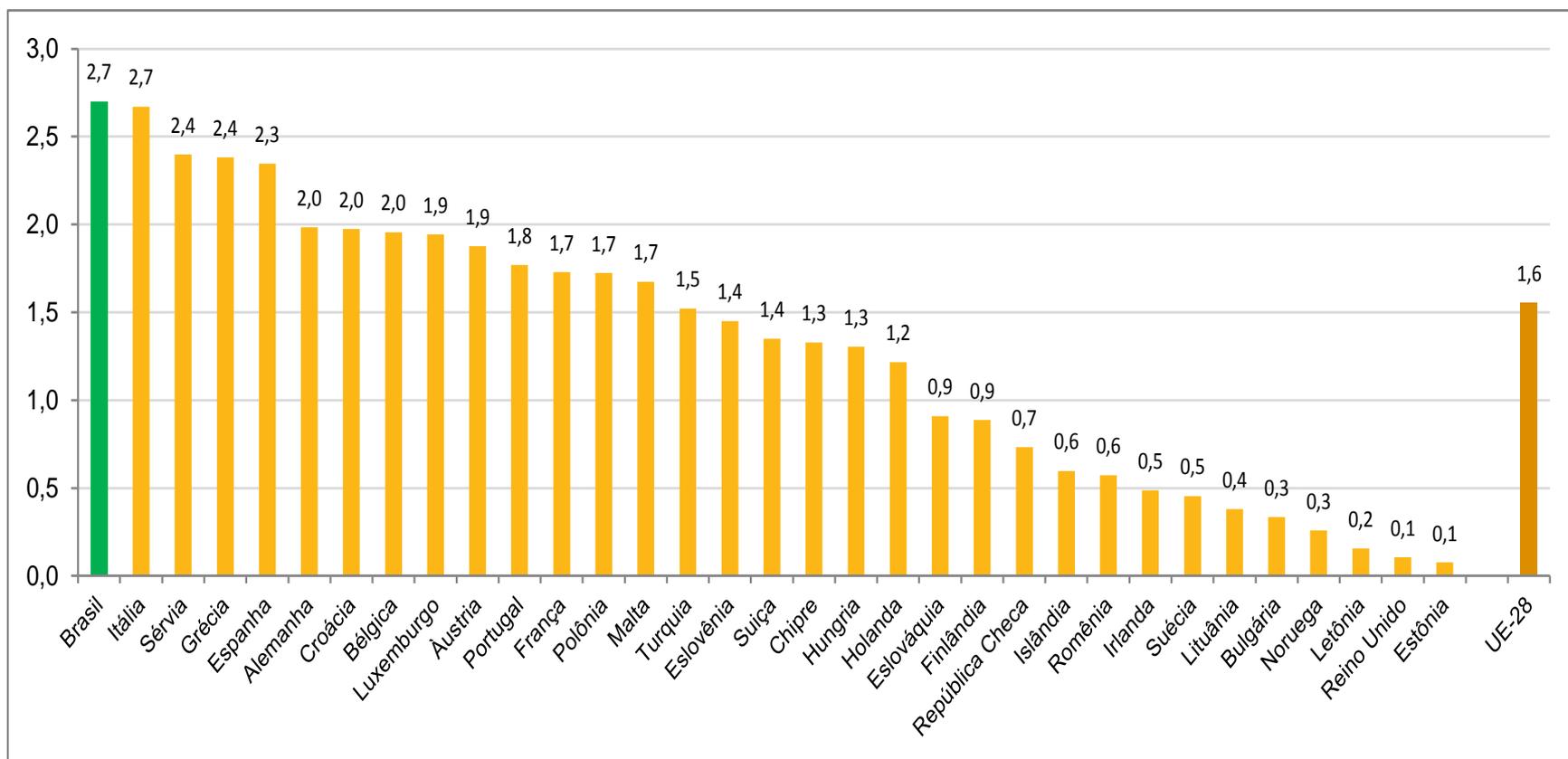
## ESTRUTURA DE GASTOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA EM 2010 EM PORCENTUAL DO PIB

Sistema	Previdência	Saúde	Assistência	Desemprego	TOTAL
UE 27	15,7	8,4	4,6	1,7	30,4
UE 17	15,5	8,7	4,1	2	30,3
Bélgica	14,2	8,2	3,7	3,8	29,9
Dinamarca	17,2	7,6	6,2	2,2	33,2
Alemanha	15,2	9,7	3,9	1,9	30,7
Espanha	12,5	7,3	2,2	3,7	25,7
França	16,3	9,4	6,2	1,9	33,8
Itália	17,7	7,3	4,1	0,8	29,9
Holanda	15,4	10,3	4,9	1,5	32,1
Portugal	16,4	7,3	1,9	1,4	27
Suécia	16,7	8	4,5	1,3	30,5
Reunio Unido	15,2	8,7	3,3	0,8	28

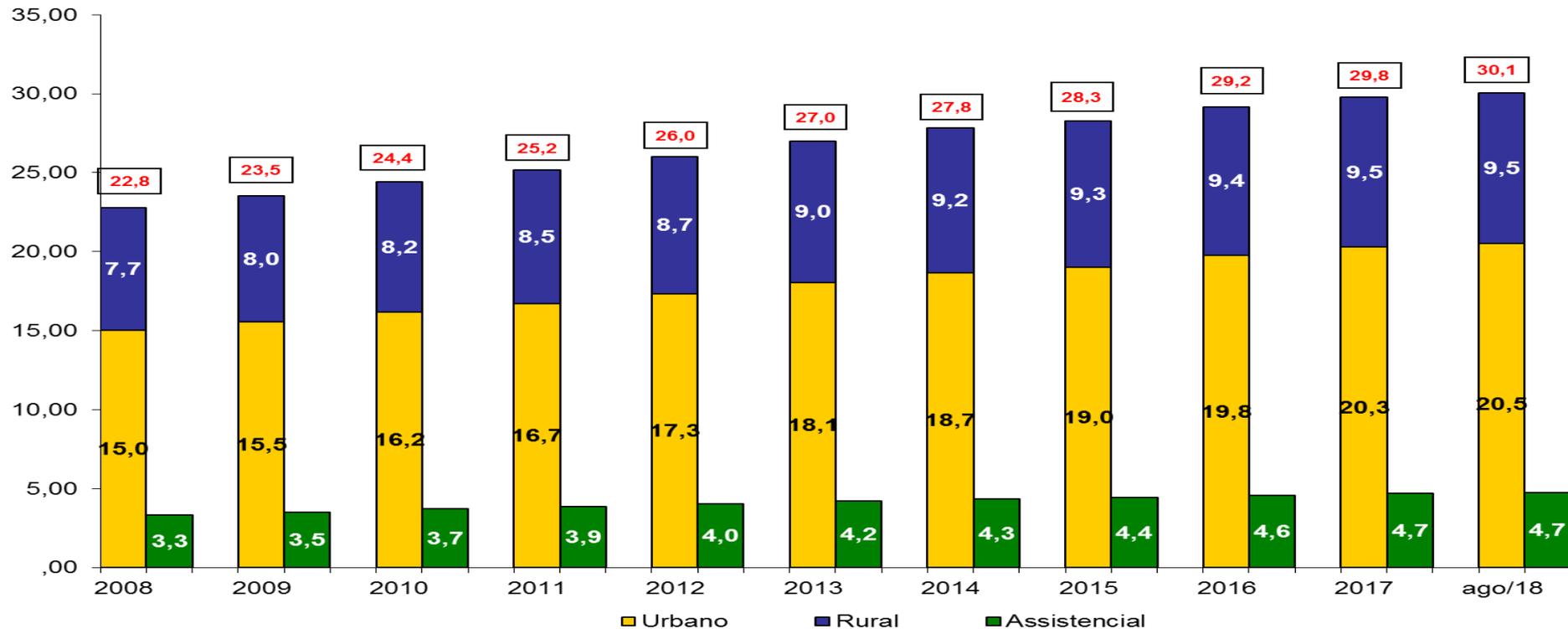
# Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

## Gasto com Pensões por Morte como Percentual do Produto Interno Bruto (PIB) – Em % (Países Selecionados) – 2012; 2013 (Brasil)

Em 2013, somando-se apenas a despesa com PPM no RGPS e nos RPPS da União, Estados e Municípios (excluídos os Militares), chega-se a uma despesa equivalente a 2,7% do PIB. Como consequência de regras de concessão e manutenção pouco rígidas, o Brasil apresenta um nível de despesa com PPM, como percentual do PIB, acima do padrão internacional.

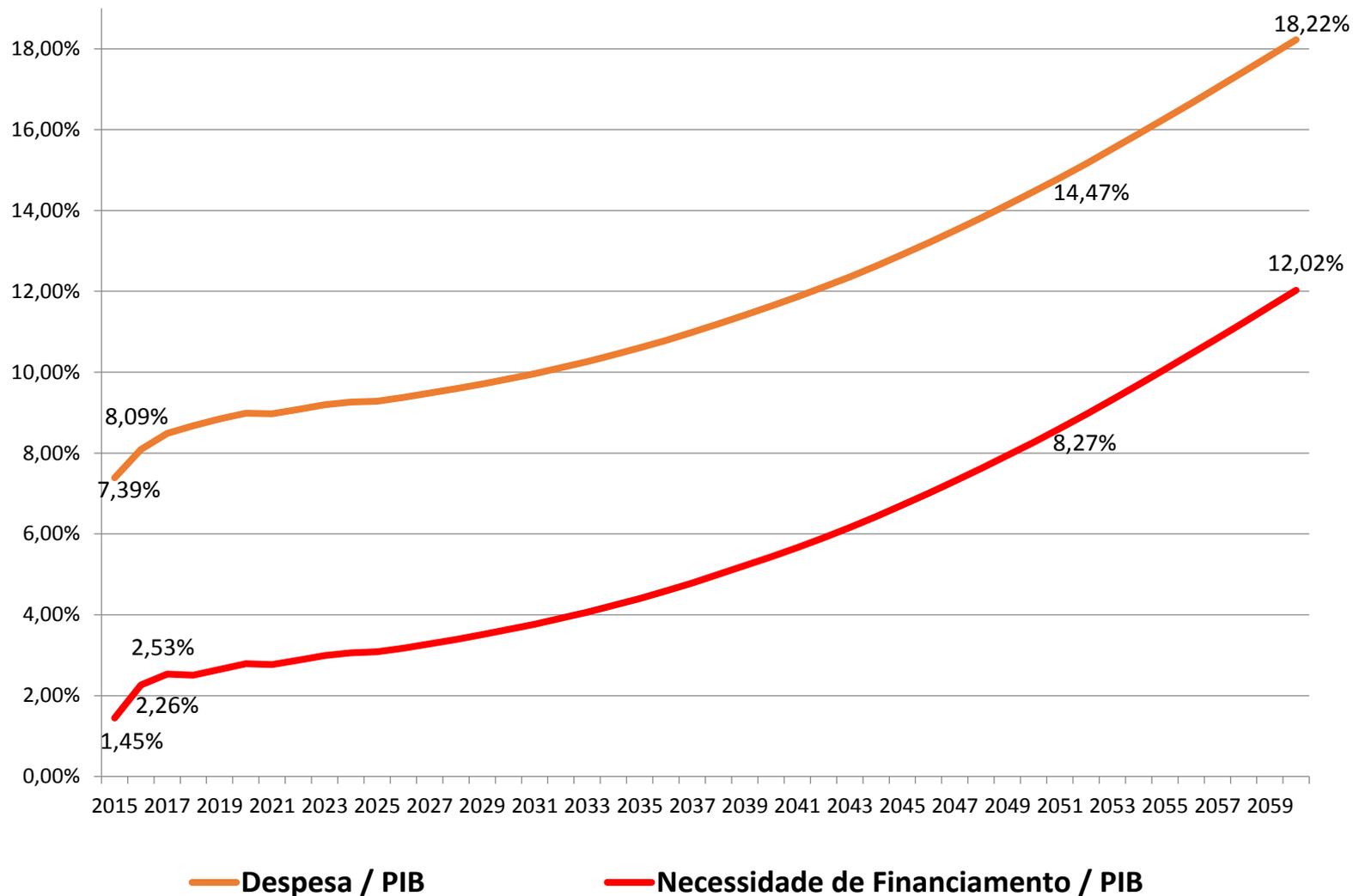


# Evolução do Número de Benefícios do RGPS



Em 2002 foram emitidos 18,9 milhões benefícios previdenciários e 2,3 milhões de benefícios assistenciais .  
 Em 1995 foram emitidos 14,5 milhões benefícios previdenciários e 1,2 milhão de benefícios assistenciais .

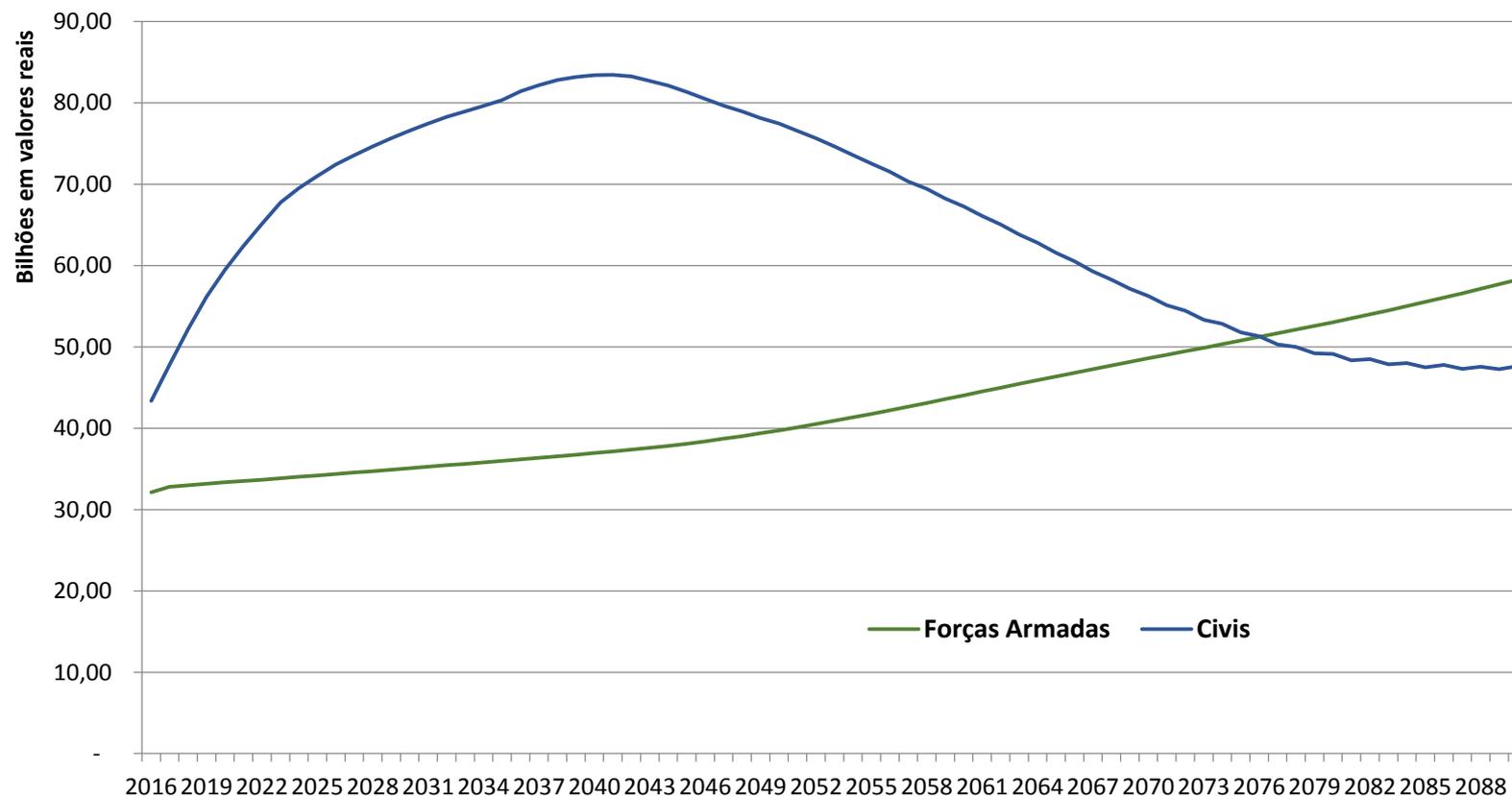
## Evolução das Despesas e Resultado do RGPS (2015 a 2060) (Em percentual do PIB)



# Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

## Evolução do Déficit Financeiro do Regime Próprio da União (em valores reais)

### Consolidado - Todos os Poderes - Grupo Aberto



Fonte: PLDO 2017: Pensões dos militares e aposentadorias e pensões dos civis; Boletim de Pessoal do MPOG: Inatividade de militares em 2016; PLOA 2017: Inatividade de militares em 2017

OBS: Estimativa do Autor para despesas com reserva e reforma, considerando que a partir de 2018, essas despesas crescerão em patamar real inferior ao verificado entre 2006 e 2017, que foi de 1,997%, passando para 1,18%.

A despesa com reserva e reforma dos militares para 2016 refere-se à média de julho de 2015 a junho de 2016. Portanto, tende a ficar maior ao final do ano, comprometendo para menor a estimativa para os próximos anos.

A despesa com reserva e reforma dos militares para 2017 adotada foi a apresentada no PLOA 2017, que parece estar muito inferior ao real, visto que apresenta uma queda real de 3,9% em relação a 2016. Portanto, comprometendo para menor a estimativa para os próximos anos.

OBS: A previdência complementar reduzirá substancialmente o déficit a partir de 2043, porém o mesmo se estabilizará em patamares um pouco inferiores aos atuais a partir da década de 2080, não sendo capaz de zerar o déficit sem implantação de uma capitalização da parte das aposentadorias que ficará sobre responsabilidade da União (até o teto do RGPS).

# Regimes de Previdência dos Servidores Públicos

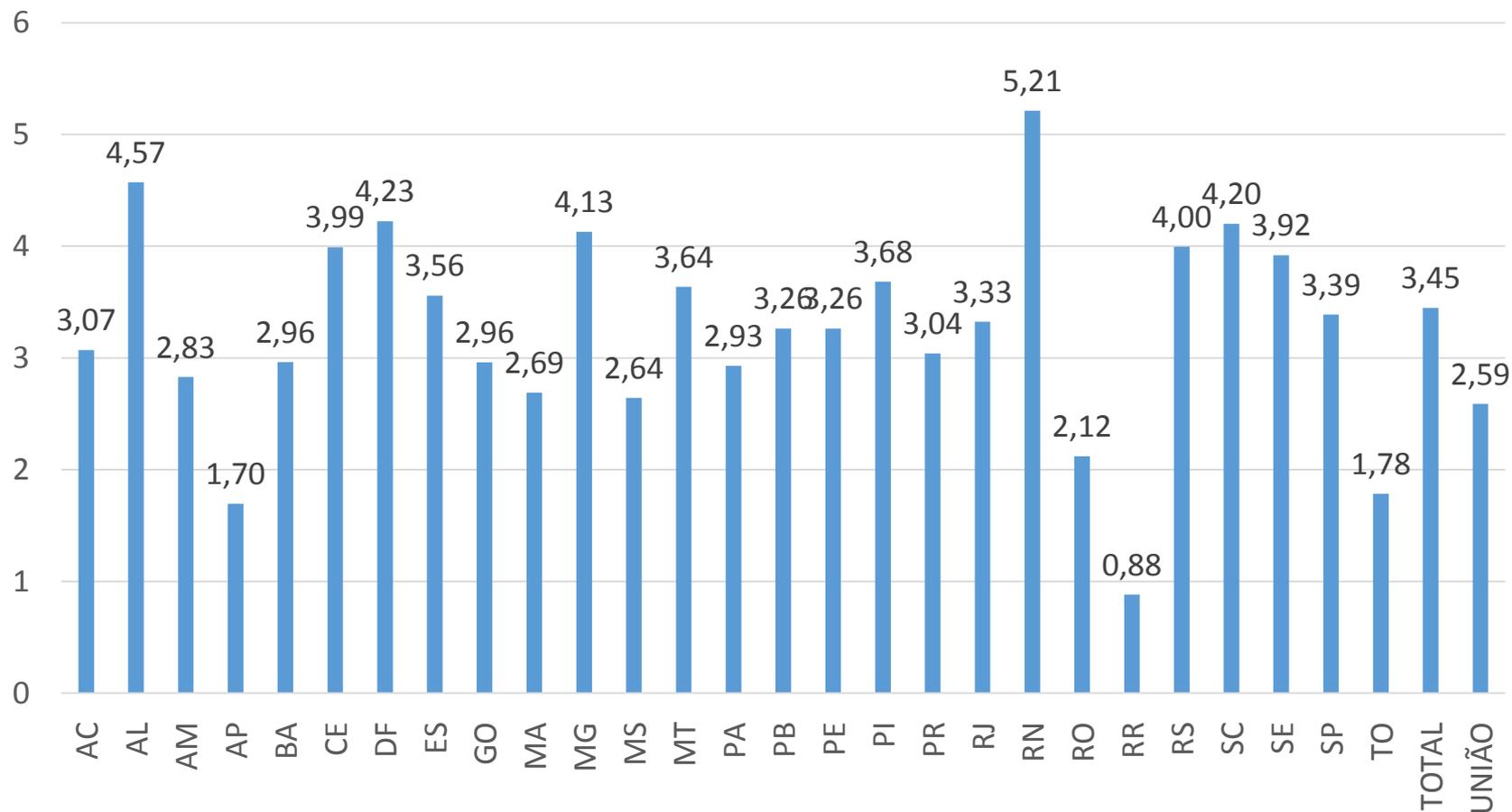
GRUPO	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL	RELAÇÃO ATIVOS / APOS. + PENS.
UNIÃO CIVIS	840.876	418.049	263.180	1.522.105	1,2
UNIÃO MILITARES	359.218	148.291	148.295	655.804	1,2
ESTADOS/DF	2.678.043	1.442.815	490.215	4.611.073	1,4
CAPITAIS	1.204.281	425.043	130.600	1.759.924	2,2
DEMAIS MUNICÍPIOS	3.295.202	485.924	223.850	4.004.976	4,6
<b>TOTAL</b>	<b>6.253.084</b>	<b>2.458.260</b>	<b>1.034.263</b>	<b>12.553.882</b>	<b>1,8</b>

Fontes: DRAA e DIPR informados pelos RPPS à SPPS/MTPS; Boletim Estatístico de Pessoal da União jan/2016; LDO 2017

OBS: Déficit atuarial do Estado de São Paulo e da reserva e reforma das Forças Armadas foram estimados a partir, respectivamente, do DRAA 2014 e da LDO 2017.

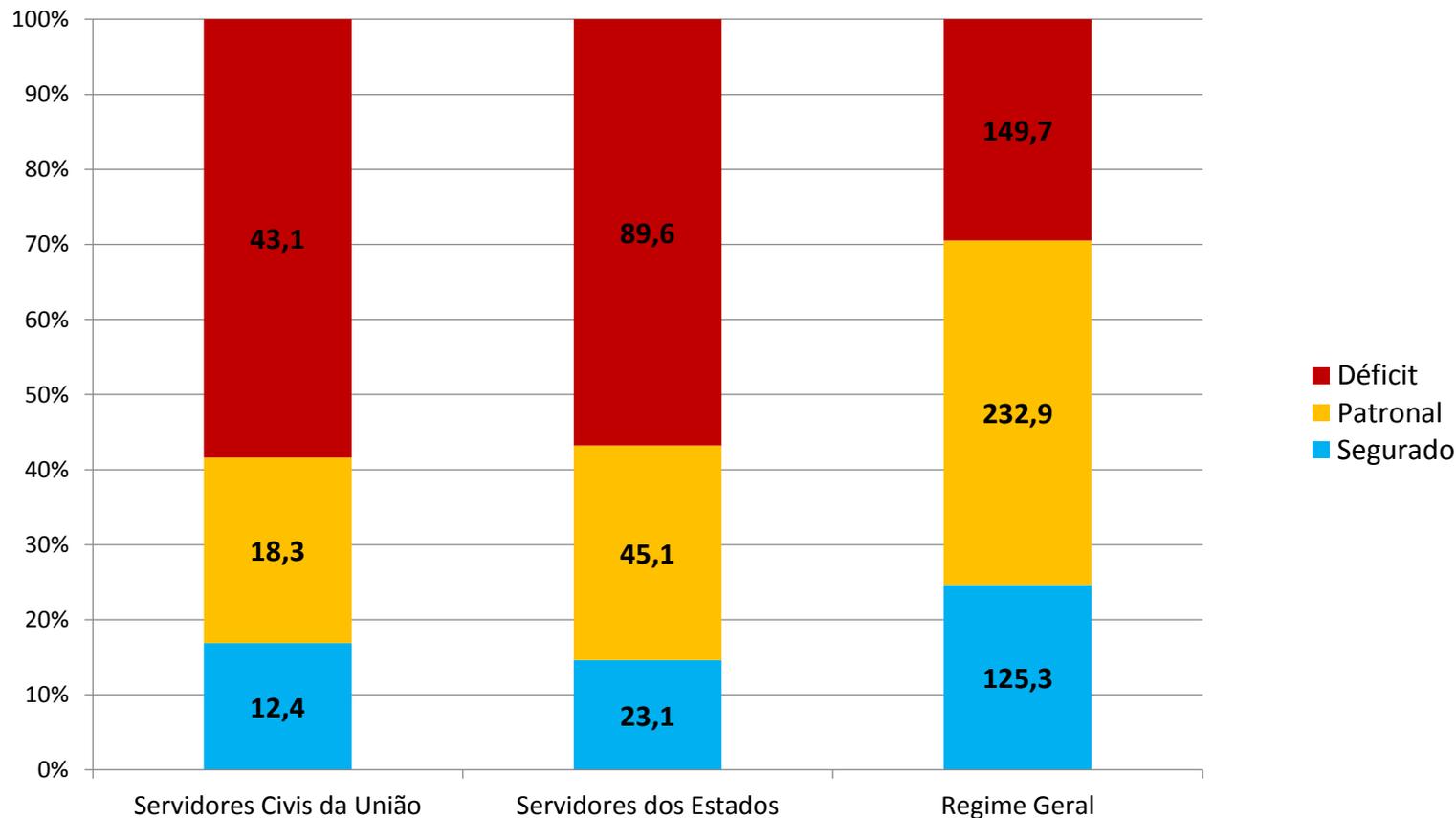
O déficit atuarial da União está em valores reais trazido a valor presente sem taxa de desconto, tal qual os estados e municípios que têm segregação de massas e/ou regime não capitalizado.

## Passivo Atuarial dos Estados e União em número de vezes a respectiva RCL



OBS: Considerando taxa de desconto de 6% ao ano. No caso do Rio de Janeiro estão contabilizados royalties de petróleo.

## Composição do Financiamento dos Principais Regimes de Previdência em 2016 (R\$ bilhões)



## Projeção da despesa com Previdência na União de 2018 a 2023

R\$ bilhões

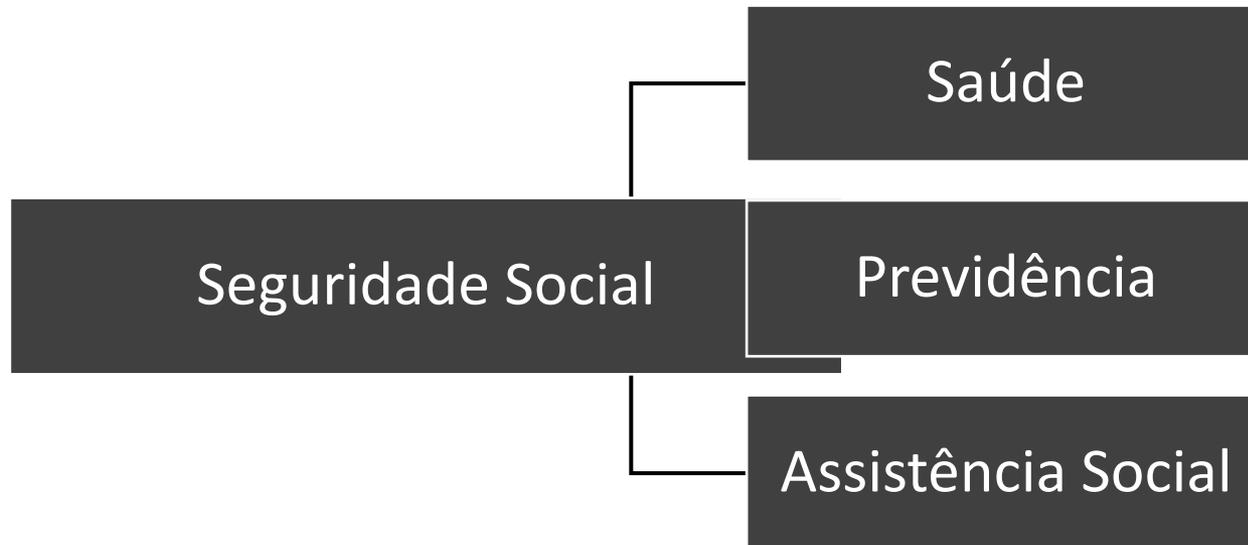
Regime	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RGPS Urbano	466,46	511,55	562,03	616,75	674,50	737,07
RGPS Rural	123,99	126,39	134,97	143,84	153,04	162,89
Previdência Civis União	84,45	89,83	96,50	103,31	109,97	117,05
Inatividade e pensões Militares União	46,07	48,40	50,19	52,00	53,88	55,84
BPC	54,99	58,69	63,78	70,03	76,98	84,73
<b>Total União</b>	<b>775,96</b>	<b>834,87</b>	<b>907,48</b>	<b>985,92</b>	<b>1.068,36</b>	<b>1.157,58</b>

**Valores nominais com estimativa de inflação anual de 4,17% em 2018, 4,12% em 2019 e 4% nos anos seguintes; crescimento do PIB de 1,49% em 2018 e 2,5% dos anos seguintes.**

## Previdência Social é apenas parte da Seguridade Social

- Constituição Federal:

*Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*



A redução da piora (“economia”) entre 2019 e 2022 seria de R\$ 80 bilhões

Projeções de Economia com a Reforma da Previdência no RGPS e no RPPS da União (em R\$ bi de 2017)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
<b>PEC 287/2016</b>											
RGPS	5,5	15,6	29,9	45,8	62,5	81,7	102,6	125,2	149,3	174,9	793,0
RPPS União	-3,2	-1,7	1,8	4,5	6,2	7,5	10,0	10,9	11,7	14,1	61,9
<b>SBT PEC 287</b>											
RGPS	4,8	13,8	25,2	37,5	51,3	65,8	79,4	94,2	108,4	123,8	604,2
RPPS União	-2,9	-0,7	3,5	6,5	8,7	10,9	13,2	14,9	16,2	17,7	88,1
<b>EA PEC 287</b>											
RGPS	4,8	13,5	22,8	32,7	43,4	54,6	65,6	77,5	89,7	102,9	507,5
RPPS União	-2,9	-0,7	3,5	6,5	8,7	10,9	13,1	14,8	16,1	17,6	87,7

Fonte: Secretaria da Previdência, Ministério da Fazenda

OBS: Como a Reforma não foi aprovada em 2017, ao contrário do esperado pela SPREV/MF, quando fez a estimativa, o primeiro ano de impacto será 2019, que mesmo assim ainda terá um resultado menor que o previsto para 2018, visto que não terá impacto no ano inteiro.

# Medidas da PEC 287 que poderiam ser implementadas por Lei

### Lei Ordinária ou Medida Provisória (impacto de R\$ 280 bilhões no INSS em 10 anos):

- Nova regra de cálculo dos benefícios tanto no INSS quanto no RPPS com fim do fator previdenciário e da regra 85/95.
- Mudança na regra de cálculo da pensão por morte no INSS, deixando de ser integral.
- Mudança na regra de cálculo da aposentadoria por invalidez no INSS, deixando de ser integral (no RPPS já é proporcional).
- Fim da declaração do sindicato para comprovação de tempo para aposentadoria rural.
- Restrição a acumulação de benefícios tanto no INSS quanto no RPPS, limitando o total a 2 SM ou reduzindo o 2º benefício a 50%.
- Aumentar a alíquota de contribuição dos servidores federais de 11% para 14% (sem progressividade) **(impacto de R\$ 34 bilhões no RPPS da União em 10 anos)**

### Lei Complementar:

- Implantação de idade mínima para policiais civis, servidores em atividades expostas a agentes nocivos e servidores com deficiência.
- Regulamentação dos RPPS pela União, inclusive liberação para efetuar empréstimo consignado para seus segurados e criação de alíquotas suplementares.

## Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Nº	Medidas de Redução de Despesas
1	Concluir os processos com indícios de irregularidades ou fraudes (acúmulo indevido de benefícios indicado pelo TCU ou CGU, processos identificados na Força-Tarefa Previdenciária, suspeita de óbito do beneficiário, BPC com indícios de irregularidades identificados pelo TCU e CGU, cruzamentos de dados com cadastros de outros órgãos, etc.).
2	Realizar a revisão de auxílios-doença judiciais do INSS com mais de 6 meses de duração (medida parcialmente implantada com corte em 2 anos de duração) e acelerar a revisão de aposentadorias por invalidez do INSS ocorridas há mais de dois anos
3	Revitalizar a reabilitação profissional reduzindo as concessões de aposentadorias por invalidez de 17% para no máximo 10% do total (atualmente menos de 5% dos trabalhadores reabilitáveis são de fato recuperados para o mercado de trabalho)
4	Determinar a devolução ao INSS dos recursos creditados na conta do segurado após o seu óbito.
5	Não aceitar mais a declaração de sindicato de trabalhadores rurais como documento de comprovação de tempo e implantar da declaração anual do segurado especial, no qual descreve as atividades que realizou, permitindo verificar fraudes e sonegações de contribuições
6	Reduzir o tempo médio por espera de atendimento por perícia para 30 dias (evita pagar benefícios por mais tempo)
7	Reduzir deferimento de ações contra o INSS para 20% das ações por meio de melhor instrução da negativa pelo Médico-Perito, que sempre que possível deve participar de audiência judicial
8	Reduzir numero de ações contra o INSS: fim da litispendência com julgamento apenas na justiça federal; cobrança de custas para aqueles que estão acima da linha de pobreza
9	Mudança de procedimento de concessão, revisão e apuração de benefícios, tanto urbano quanto rural, inclusive implementando medida cautelar administrativa com suspensão do benefício e contraditório posterior.
10	Implementar contribuição do trabalhador intermitente
11	Aumentar a contribuição do MEI e da dona de casa de baixa renda para 8%, acabando a obrigação de contribuição do MEI
12	Determinar o acesso do INSS às demais bases de dados, inclusive da receita federal
13	Acabar com homologação de perícias e as perícias de reconsideração e exigir circunscrição territorial na solicitação de perícia.
14	Reestruturação do atendimento do INSS, com trabalho remoto, INSS digital, centrais especializadas, parceria com municípios para recebimento de documentos e repasse de informações